

A SEGURANÇA AGORA É DOS CIDADÃOS

Susulci



O Carcará II, helicóptero que veio auxiliar em muito o combate à criminalidade

GDF



A Rocan tem 70 Kombis e 42 homens, ligados pelo rádio à Central, em toda a cidade

Salários da PM e bombeiros igualados aos do Exército

O Gabinete Militar teve um papel importante no assessoramento do governador José Aparecido em sua política de valorização, ampliação e modernização da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. Os níveis de remuneração das duas corporações foram equiparados aos do Exército.

O Gabinete Militar, que tem como chefe, desde o inicio do atual Governo, o coronel João Sereno Firmo, é órgão assessor do Governador em assuntos militares e de segurança, mas, na atual gestão, ampliou suas ações para os campos da legislação específica de sua área e da tecnologia de segurança, inclusive com a introdução da informática no aparelho policial do Distrito Federal.

Entre 1985 e 1988, além do nivelamento salarial com o Exército, a Polícia Militar do DF teve alterado o seu regulamento de promoções de oficiais, reformulado seu Estatuto — que já não acompanhava a própria legislação do País, ampliado o seu efetivo; sua Companhia de Rádio Patrulha passou a Batalhão, foi criado o Comando de Policiamento, seu regulamento de Promoções de Praças também foi refor-

mulado, criou-se a regulamentação de compensação orgânica e foi criada a Academia de Polícia Militar.

Como secretaria de apoio do Governador, o Gabinete Militar coordena eventos como a chegada do Fogo Simbólico da Pátria — que parte de Diamantina, em Minas, e é depositado no Memorial JK, em Brasília; organiza as festividades do Sete de Setembro, pelo lado do GDF, os desfiles militares e a concessão de medalhas a cargo do GDF.

São atribuições específicas do Gabinete Militar a prestação de segurança ao Governador, a guarda do Palácio do Buriti e da Residência Oficial de Águas Claras e o contato com os órgãos de segurança e informação do Governo Federal.

No caso atual, houve uma perfeita interação entre o Gabinete Militar e o Gabinete do Governador, com o ordenamento de providências na área sempre partindo do Governador por intermédio de chefe do Gabinete Militar.

Quando começou o Governo José Aparecido, terminou o tempo da segurança exacerbada do Estado e começou a segurança dos cidadãos. E foi nessa virada de filosofia que a instituição policial de Brasília começou a servir à sociedade, ao invés de colocar-se a serviço exclusivamente do Estado.

A solução do crime de que foi vítima o jornalista Mário Eugênio, do *Correio Braziliense*, foi a primeira prova de que o novo Governo não ia ficar apenas em declarações; recorrendo à colaboração inclusiva da Polícia de São Paulo, o Governo do Distrito Federal conseguiu identificar os assassinos e pô-los na cadeia à disposição da Justiça. "Pela honra de Brasília, este crime não pode ficar impune", disse o governador José Aparecido, ao assumir. No rastro da elucidação do Caso Mário Eugênio, foi extinto o grupo de extermínio conhecido como "Esquadrão da Morte".

Daquela época (1985) até agora, os índices de criminalidade do DF entraram em declínio. Os últimos registros mostram queda de 20% nos crimes em geral, 31,17% nos estupros e 50% em furtos de veículos.

Surgiram as Rocans — Rondas Ostensivas Candangas, 70 Kombis que circulam com três duplas de policiais-militares, comandados por um sargento e apoiados por um motorista e equipamento de rádio — começaram a atuar no Plano Piloto e já estão nas satélites. Dois helicópteros, o Carcará I e o II, passaram a apoiar as ações po-

licias: busca e captura de delinquentes, perseguição a automóveis furtados ou usados em assaltos, localização de pontos de "desova" ou desmonte de carros, resgate de pessoas com apoio do Corpo de Bombeiros, em casos de incêndio; auxílio à Defesa Civil em casos de tragédias, inundações e e desmoronamentos.

O efetivo da Polícia Militar foi ampliado de 5.389 para 8.647 homens e mulheres — quando o atual Governo assumiu, havia pelo menos cinco anos que a tropa não recebia qualquer reforço.

Embora sem aumentar seu quadro de pessoal, mas fazendo apenas substituições, a Polícia Civil ganhou a Delegacia da Mulher e mais cinco outras já projetadas para serem instaladas. Criou-se a 2ª Coordenação de Polícia Especializada, em Taguatinga.

No entorno do DF, um convênio entre os governos local e de Goiás assegura o intercâmbio entre as duas polícias — o que vem contribuindo para a redução dos furtos de veículos dos dois lados. Recentemente, a Polícia Civil recebeu do Ministério da Justiça 25 carros "Gols".

O Corpo de Bombeiros ganhou mais sete carros marca "Gols" do Ministério da Justiça e criou sua primeira Companhia de Bombeiros Florestais.

Foram criadas as Companhias Rio Branco, de apoio às Embaixadas; a Companhia de Segurança do Congresso Nacional (convênio), Companhia da Papuda e surgiu a primeira Delegacia da Mulher.

Sem déficit e sob controle

O governo José Aparecido fechou seus três últimos balanços sem déficit, praticou um rigoroso controle de admissões no serviço público, executou uma rígida política de gastos públicos, extinguindo as verbas de representação, limitou o pagamento de diárias e horas-extras, terminou a cessão de funcionários do GDF com ônus para o Distrito Federal e a requisição de servidores de outras administrações com ônus para a administração local.

Esta é a radiografia que traça do atual governo o Secretário de Assuntos Econômicos e Reforma Administrativa, Arlécio Gazal, que há mais de dez anos controla o Orçamento do Distrito Federal. Rigoroso no trato com o dinheiro público, recebeu do governador José Aparecido missões como reduzir a frota de carros oficiais e praticar uma série de cortes nos gastos de toda a máquina administrativa.

O secretário Arlécio Gazal coordenou a elaboração do Projeto de Reforma Administrativa, recentemente encaminhado pelo governador José Aparecido ao presidente José Sarney e que já está no Congresso Nacional,

para debate e aprovação. Extingue secretarias e cria outras em menor número, aglutinando empresas e órgãos afins — reúne a Novacap e a Terracap na mesma companhia de Desenvolvimento Urbano.

No âmbito de Secretaria de Administração, várias categorias tiveram seus vencimentos dignificados em comparação com as funções equivalentes no Governo Federal. O pessoal médico e paramédico (enfermeiros, auxiliares e outros) teve seus vencimentos equiparados aos do Inamps; a Polícia Militar e Corpo de Bombeiros passaram a receber pelos níveis das Forças Armadas. No plano interno, os agentes de trânsito (Detran) já recebem a gratificação de operação policial antes concedida apenas à polícia civil; os garis, hoje, ganham mais do que agente administrativo do quadro do Governo.

Foi criada a Fundação do Servidor, Funserv, e transferido, da Associação dos Servidores Civis do Brasil, ASCB, para âmbito do Governo do Distrito Federal, o Clube do Servidor, um dos maiores de Brasília.